

**PARECER Nº       , DE 2011**

Para instruir decisão da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 03, de 2011, que solicita ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre itens adquiridos, no final de 2010, pelo Comando da 1ª Brigada de Artilharia do Exército, com a finalidade de equipar o Forte dos Andradas, no Guarujá-SP.

RELATORA: Senadora **MARTA SUPLICY**

**I – RELATÓRIO**

O Senador Mário Couto encaminhou à Mesa o Requerimento nº 3, de 2011, nos termos do § 2º, do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, para que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre itens adquiridos, no final de 2010, pelo Comando da 1ª Brigada de Artilharia do Exército, com a finalidade de equipar o Forte dos Andradas, no Guarujá-SP.

O Senador fundamenta seu requerimento com base em matérias jornalísticas noticiando a viagem do ex-presidente Lula com a família ao Guarujá-SP, a convite do Ministro da Defesa, nos primeiros dias de 2011.

Formula, para atendimento de seu requerimento, as seguintes questões:

- 1) Quais os bens adquiridos nos dias 29 e 30 de dezembro de 2010 pelo Comando da 1ª Brigada de Artilharia do Exército destinados a equipar o Forte dos Andradas?
- 2) Qual o custo de cada uma dessas compras?
- 3) As compras foram feitas na forma da Lei de Licitações? Qual a forma adotada?
- 4) As compras atendem a uma necessidade militar?
- 5) Qual a justificativa para a aquisição de cada um dos itens acima relacionados?

## II - ANÁLISE

A proposição encontra esteio no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que contempla as normas aplicáveis aos Requerimentos de Informações.

O propósito contemplado no Requerimento nº 3 de 2011 é louvável, haja vista que pretende promover investigação com vistas a promover transparência à coisa pública.

O direito à informação é preceito constitucional que deve ser exercido em todos os níveis de governo. É de suma importância que seja garantido o direito à informação para que haja possibilidade do exercício pelo parlamento de sua função fiscalizadora.

De acordo com o princípio da publicidade, os atos administrativos devem ter a mais ampla divulgação, buscando-se uma maior transparência nas ações do poder público. É através da publicidade que é possível que se alcance um controle dos atos da administração pública, bem como é o mecanismo que permite com que a população possa se valer do seu

direito de ação quando entender que determinado ato é lesivo ao patrimônio público.

Esse direito de informação tem como principais objetivos a fiscalização das atividades da administração e a participação cidadã no espaço público.

### **III – VOTO**

Ante o exposto, por atendidos os pressupostos regimentais de admissibilidade, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 3, de 2011.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora